

PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A RESPEITO DE SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

*Karolyne Romero de Alcântara**
*Laura Nazaré de Carvalho***
*Sandra Regina Cabral de Andrade****

Cite este artigo: DE ALCÂNTARA, Karolyne Romero; DE CARVALHO, Laura Nazaré; DE ANDRADE, Sandra Regina Cabral. Percepção dos policiais militares da cidade do Rio de Janeiro a respeito de suas condições de trabalho e sua formação profissional. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 122 - 132, dezembro. 2011. Semestral. Disponível em: www.habitus.ifcs.ufrj.br. Acesso em: 30 de dezembro de 2011.

Resumo do artigo: Este artigo tem a finalidade de apresentar a percepção dos policiais militares sobre suas condições de trabalho e formação. O trabalho aborda os discursos desses agentes sobre o que é ser policial militar na cidade do Rio de Janeiro, seus desafios e suas propostas para melhoria. De acordo com a fala dos atores pode-se aferir que os policiais se sentem mal geridos, mal remunerados e desvalorizados e essa é a imagem que constroem da sua categoria. Essa baixa auto-estima somada com a sensação de abandono das autoridades políticas, de acordo com eles, torna a polícia o que é. Pretendemos acrescentar à discussão sobre segurança pública o ponto de vista de um dos atores envolvidos, os policiais militares. Ponto de vista este que por muitas vezes é omitido e marginalizado.

Palavras-chave: Polícia Militar. Rio de Janeiro. Condições de trabalho. Formação policial. Precarização da segurança pública.

1. Introdução

Em 2008 participamos da pesquisa “CONDIÇÕES DE TRABALHO E FORMAÇÃO DAS POLÍCIAS DO RIO DE JANEIRO”, realizada pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV/UERJ) e financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Nosso trabalho consistia na abordagem de policiais militares em batalhões pré-selecionados, solicitando-os que preenchessem um questionário que abordava questões sobre sua formação e condições de trabalho. As unidades da polícia militar visitadas foram: 3º BPM; 4º BPM; 6º BPM; 9º BPM; 16º BPM; 19º BPM; 23º BPM, 31º BPM; BOPE; RCECS; 2º GPAE; 5º GPAE; 6º GPAE; BPTUR e CIPM/CÃES [1].

Durante esta pesquisa tivemos a oportunidade de ouvir os dilemas diários do exercício da atividade policial e a percepção dos policiais sobre sua formação profissional, o que nos permitiu refletir sobre esta temática. Compreendemos tais declarações como indícios da perspectiva do indivíduo sobre a sua própria função e prática. Os relatos abrangeram informações que foram além das nossas expectativas, dada a espontaneidade das falas. A vulnerabilidade do policial perante o ambiente social e profissional corruptível, a baixa remuneração, a formação deficiente e o descaso do poder público com os órgãos de segurança foram temas recorrentes nas falas dos policiais.

Este artigo constitui uma reflexão sobre a situação da polícia militar do Rio de Janeiro partindo do discurso dos policiais, das nossas observações do campo e do debate teórico já existente.

2. Método, fundamentação teórica e resultados

2.1. Método

Durante três meses, visitamos alguns batalhões da polícia militar na cidade do Rio de Janeiro, o que nos permitiu acompanhar o dia a dia dos mesmos. Chegávamos de manhã antes da troca do efetivo [2], para viabilizar a distribuição dos questionários aos policiais que chegavam ao trabalho e os abordávamos também, se necessário, ao final de sua jornada de trabalho. Tivemos a oportunidade de observar quais eram os armamentos e equipamentos utilizados pelos agentes em seus serviços. Almoçávamos nos ranchos, caminhávamos pelos BPMs com certa liberdade, respeitando suas dinâmicas e rotinas e só nos retirávamos no começo da noite.

Cada batalhão possuía uma rotina própria que notoriamente era marcada pela localização geográfica e índices de criminalidades sob o qual estava exposto. Os batalhões da zona oeste eram diferentes dos localizados na zona sul e diferentes dos localizados dentro de comunidades. Essas diferenças dizem respeito desde a conservação física dos batalhões, ao trato dos policiais com os próprios policiais e conosco. Os batalhões com maiores índices de criminalidade eram mais agitados com grande fluxo de viaturas e agentes chegando e partindo, além de grande estresse por parte dos policiais. Os batalhões localizados em áreas com menores índices eram mais tranquilos e pareciam ser melhor organizados.

Nas unidades visitadas, os praças [3] pareciam sentir-se mais confortáveis em iniciar conversas e relatar seu cotidiano na polícia, enquanto os oficiais aparentavam receio em conversar conosco. Por esta razão aqueles foram os nossos principais informantes. A hierarquia militar era latente a todo o tempo, desde o momento em que conversávamos com um praça e um oficial passava por perto e ele (o praça) imediatamente se calava, ao momento em que almoçávamos com os oficiais e percebíamos os praças nos observando, nos dando a impressão de que estivéssemos sendo vigiadas. Cabe enfatizar ainda que as percepções dos atores mudavam conforme a sua patente dentro da hierarquia e conforme o assunto em questão.

A despeito de tudo o que fosse subjetivo nesta pesquisa social, foi possível estabelecer um padrão de interação entre as pessoas que observávamos. A partir de tais constatações, redigíamos nossos relatórios de campo onde detalhávamos comportamentos, falas e gestos. Esse foi o aspecto positivo de não termos ido a campo com uma intenção definida além da tarefa para qual fomos incumbidas, porque, segundo Becker:

a melhor evidência seria aquela coletada da maneira mais impensada, quando simplesmente registramos nossa percepção, pois ela possivelmente conteria menos viés produzido pelo desejo de dar substância ou repudiar uma idéia particular (Id. , 1999: p.20).

Durante a aplicação dos questionários, um major foi designado pelo Quartel General para nos acompanhar, pelo menos na primeira visita a cada unidade policial. Isso facilitou nossa aceitação perante os agentes, principalmente os oficiais. Com os praças o nosso contato se deu de maneira mais informal, durante nossas caminhadas pelos batalhões entregando os questionários. Nestas ocasiões ouvimos suas opiniões, apesar delas nunca serem solicitadas ou questionadas, pois evitávamos debater, fazer julgamentos e interferir em suas rotinas, por serem estas as orientações dadas pelos coordenadores de campo da pesquisa do LAV. O nosso papel era ter pró-atividade em relação à abordagem e entrega dos questionários, mantendo a discrição. Apesar disso, alguns policiais se sentiam a vontade para iniciar conversas e até mesmo debates sobre a prática policial.

Exemplo disso se deu em um batalhão da zona norte onde alguns praças, sentados em cadeiras dispostas em um círculo e estimulados pelas questões contidas nos questionários, iniciaram um longo debate entre eles sobre fatos que os desmotivavam a trabalhar naquela instituição e sobre suas opiniões e sugestões a respeito da política de segurança pública do Rio de Janeiro.

Importante mencionar a descrença dos policiais em relação às pesquisas acadêmicas, fruto, segundo seus relatos, das inúmeras pesquisas que já participaram e que por muitas vezes não traziam resultados positivos. Segundo eles “as recomendações são engavetadas e não existe vontade política para melhoraria efetiva do policiamento”. Outras falas semelhantes davam conta de ser aquela pesquisa uma “perda de tempo” ou que “não ia dar em nada” e que “já tinham respondido vários questionários durante a carreira e a situação só piorou”.

Às vezes éramos ignoradas ou ouvíamos frases hostis como a de um policial de um batalhão da zona sul que nos disse: “O mundo só vai mudar quando o último burocrata for enforcado com as tripas do último sociólogo”. Contudo, essas reações hostis, por vezes desencadeavam longos desabafos contra a corporação. E, com raras exceções, os policiais que reagem com agressividade logo se desculpavam alegando que era a tensão do cargo que ocupavam que os estressava daquela maneira.

Os dados aqui apresentados não se prestam a um resumo pronto; eles consistem em tipos diferentes de percepções, as quais não podem ser simplesmente categorizadas e contadas sem perder algo de seu valor, alguma evidência. Não temos a pretensão de, com esse artigo, entender o todo da estrutura e prática policial, com todas as suas nuances e especificidades, nem de buscar respostas aos problemas sociais da segurança pública – que, aliás, não dizem respeito somente a instituição policial. Contudo, pretendemos acrescentar a esta discussão o ponto de vista de um dos principais atores: os policiais militares. Discurso este que por muitas vezes é omitido e marginalizado.

2.2. Discussão teórica e apresentação das observações de campo.

Segundo Reiner (2000) não existe sociedade moderna sem polícia. Este autor define a polícia como “uma corporação especializada de pessoas a quem foi dada a responsabilidade básica e formal da força legitimada para salvaguardar a segurança”.

Tendo em vista que os estados seriam os atores principais na área de segurança pública, a cada um, de forma singular e independente, caberia a criação e manutenção de sua polícia militar (CANO, 2006).

No caso do Rio de Janeiro, a Polícia Militar (PMERJ), tal qual conhecemos hoje, surgiu da fusão de duas corporações militares – Polícia Militar do Estado da Guanabara (PMEG) e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – em 1975. Atualmente, além das atribuições constitucionais (“às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” BRASIL, art. 144, §§4º e 5º), a PMERJ também atuaria efetivamente no combate ao crime organizado, através de operações para a captura de criminosos ou apreensão de armas, de drogas ou contrabando e no atendimento direto à população, além de outras atribuições [4]. Contudo, Cano alerta que

as políticas estaduais de segurança [...] são basicamente reativas e baseadas na repressão, mais do que na prevenção. Com freqüência, os governos reagem diante dos casos com repercussão pública, particularmente os que se destacam na imprensa, para dar uma resposta de curto prazo. Quando o caso perde visibilidade, as medidas iniciais se desvanecem. A imprensa, neste sentido, desfruta de um grande poder para orientar as medidas dos órgãos públicos. As intervenções raramente são planejadas com base em objetivos específicos (2006: p.140).

O autor enfatiza, assim, a influência dos meios de comunicação na atuação da polícia militar no Rio de Janeiro. Entretanto, a partir dos discursos dos agentes, pudemos constatar que a mídia não apenas influencia a atuação da polícia, mas também a própria subjetividade dos policiais.

Por exemplo, a mídia, ao retratar toda a polícia militar como corrupta, geraria uma opinião pública negativa sobre a atividade policial, acarretando, segundo estudos, um elevado grau de sofrimento nos policiais pela falta de reconhecimento social (AMADOR, 2002). De acordo com os agentes ouvidos, se a polícia brasileira é corrupta, isto é apenas reflexo da sociedade brasileira,

também corrupta. Inúmeras vezes a sociedade era retratada como hipócrita, pois exigia uma ação policial mais rigorosa, com uma conduta ética e moral exemplar, mas, em determinadas situações, como nos casos de multa no trânsito, por exemplo, essa mesma sociedade buscava burlar a punição incitando o policial a ter uma conduta claudicante. Em suas falas afirmavam que para ter o policial corrupto era necessário o corruptor, ou seja, aquele que corrompe.

Segundo Amador (2002) a corrupção pode ser compreendida como uma burla ao extenso universo prescritivo do trabalho policial, sendo uma necessidade, do ponto de vista psíquico do sujeito. Este universo prescritivo mencionado compreenderia o rígido regulamento e a hierarquia. Sobre o primeiro, para tratar de transgressões militares existe o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (RDPM - decreto nº 6.579, de 05 de março de 1983). Este especifica e classifica as transgressões disciplinares, estabelecendo normas relativas à amplitude e à aplicação das punições disciplinares, à classificação do Comportamento Policial Militar dos praças e à interposição de recursos contra a aplicação das punições. No caso de crimes cometidos por policiais militares, cabe ao Código Penal Militar (CPM) normatizar as condutas ilícitas e estabelecer sanções. Essa rigidez das normas de conduta associadas à rigorosa hierarquia revela

aproximações com os modelos tayloristas de organização do trabalho, expresso, entre outros aspectos, na prescrição para pronta obediência as normas, implicando uma clivagem entre corpo e pensamentos dos policiais, de modo que o pensamento não venha a perturbar a execução prescrita do trabalho e a disposição hierárquica do poder contemplada nesse universo de prescrição. A cisão entre pensamento e execução parece também assegurar a distinção social entre os homens no trabalho policial, já que se trata de uma atividade organizada com base na hierarquia em que todos os policiais, independentemente do lugar ocupado na escala hierárquica, parecem possuir algum grau de limitação ao seu pensamento no trabalho. Contudo, a possibilidade de pensar e conceber parece diminuir quanto mais baixa for a posição do policial nesta escala (Idem, *ibid.* : p. 81).

O autor constatou, quanto às prescrições para o âmbito das relações de trabalho, que a camaradagem, a civilidade e disciplina, previstas para as relações, parecem implicar um impedimento à expressão do conflito entre os policiais, sobretudo por parte dos subordinados em relação aos seus superiores. Desse modo, os conflitos que podem ser gerados no convívio diário de trabalho, já que são inexoráveis às relações humanas, ao não serem expressos, tornam-se um elemento de pressão da organização prescrita do trabalho policial.

Outro elemento de pressão sobre o trabalhador decorre de sua própria atividade: os policiais constituem uma categoria de servidores públicos para quem o risco não é mero acidente, mas desempenha papel estruturante das suas condições laborais, ambientais e relacionais. Com o gradual aumento do crime violento na maior parte das grandes cidades e países das democracias ocidentais, o discurso do “controle do crime” é progressivamente substituído pelo de “guerra contra o crime”, fortalecido no imaginário do público e da polícia e percebido na fala dos agentes ao nos alertarem constantemente de que “vivemos uma guerra civil” e de que eles seriam alvo preferencial

da “marginalidade” devido a sua profissão. Segundo eles, o porte de armas já constituiria um fator de risco, pois os exporia ao perigo iminente nas ruas.

Para atuar nesta “guerra civil” os policiais nos alertaram que a formação que recebiam na academia de polícia era ineficiente. O treinamento foi diversas vezes definido como “simplista e irreal” no que diz respeito às demandas sociais, além das constantes observações referentes à falta de regularidade dos cursos de aperfeiçoamento ao longo da carreira.

Os praças, em sua maioria, qualificaram o curso de formação como ineficiente e pouco proveitoso, sendo impossível aprender a ser policial apenas na Academia. Um dos principais motivos apontados seria a ausência de tempo e treinos suficientes para que os novatos aprendessem a utilizar armas de fogo. Alguns afirmaram ter aprendido a utilizar suas armas com policiais mais antigos que se dispuseram a ajudá-los. Ademais, segundo as falas, o mesmo acontecia com os cursos de aprimoramento profissional, não tendo estes regularidade. Segundo eles, por várias vezes quando tais cursos eram disponibilizados, ao invés de se prepararem em salas de aula, eram escalados para “os extras” (policiamento no maracanã ou em shows). Ou seja, eram removidos de escalas convencionais e colocados em escalas extras, sob o argumento de que estariam realizando cursos de aperfeiçoamento.

Os policiais também alegaram que os instrutores eram despreparados, além de não possuírem aptidão para o cargo. Estes instrutores não se candidatavam a essa atividade, eram designados por ordem de um superior. Os policiais admitiram que talvez os instrutores fossem bons profissionais no campo, mas ter aptidão para o ensino não era regra. Também afirmaram que os instrutores acumulavam dupla função sem ganhar mais para isso, deixando-os desestimulados e assim eles buscavam sair daquela função fazendo com que ela tivesse bastante rotatividade.

A hierarquia era percebida como um obstáculo para obter melhor formação. Segundo os relatos dos praças, os oficiais teriam acesso aos cursos de atualização e pós-graduação, já eles nem poderiam ter uma escala que permitisse cursar uma faculdade. Desse modo, estes demonstravam vontade de sair da corporação para buscar melhores empregos.

Os policiais se queixavam das condições de trabalho a que estavam sujeitos: não haveria armamento compatível com a realidade do trabalho no Rio de Janeiro e também a quantidade e qualidade de coletes à prova de balas deixava a desejar, pois faltariam coletes e muitos deles estavam fora do prazo de validade. Constatamos a veracidade destas alegações em vários batalhões, onde os agentes nos mostravam seus coletes em estado precário de conservação. Além disso, era comum um policial entrar em serviço reutilizando o colete de proteção de outro recém chegado das ruas. Desse modo, o desgaste dos coletes era intensificado. Por causa da reutilização, os agentes se queixavam de micoses pelo corpo, pois os coletes reutilizados não eram higienizados antes de serem “passados adiante”, e, por isso, não era raro estarem intensamente molhados pelo suor dos policiais.

Com relação ao armamento, as queixas recaíam sobre o estado das armas. Os policiais afirmavam que as armas eram antigas e temiam que “travassem” em caso de conflito. Segundo as falas o armamento era incompatível com a realidade do Rio de Janeiro e eles não tinham como competir com o “poder bélico dos bandidos”. Alguns agentes traziam no uniforme a arma da corporação e a arma pessoal, que adquiriam por conta própria.

Outra reclamação recorrente era em relação às escalas cansativas que os policiais militares estavam submetidos, algumas de 12h por 24h, 12h por 36h e outras de 24h por 48h (primeiro horário referente à atividade policial e o segundo ao descanso). Tais escalas seriam complicadas, devido à complexidade e periculosidade das suas funções, pois estas exigiam, segundo eles, “estar ligado” todo o tempo. No entanto, percebemos que o cansaço era intensificado pela prática dos bicos (segundo trabalho, geralmente na segurança privada) nas horas de descanso.

As investidas em favelas sem treinamento específico provocavam elevado estresse, reclamação muito presente nas falas. Os policiais apontaram a questão da ausência de um preparo que lhes proporcionasse mecanismos psicológicos para lidar com a perda violenta de colegas de trabalho e com as questões relacionadas ao auto de resistência, isto é, quando o policial cometeria homicídio em legítima defesa. Eles também relataram que o hospital da polícia não tinha infraestrutura e que quando se acidentavam em serviço não recebiam um bom atendimento.

Eles assumiram que a corrupção seria o principal problema da segurança pública hoje, pois tornaria a justiça parcial, prejudicando a credibilidade do serviço policial e a legitimidade das leis. Por outro lado, os praças buscavam se eximir da responsabilidade, alegando ser vertical a corrupção na instituição, e que a maioria das pessoas que entra na polícia militar quer trabalhar, mas a realidade da corporação os corrompe. Em alguns batalhões ouvimos relatos sobre barganhas entre os oficiais superiores e os praças para evitar a escalação de trabalho em áreas distantes e perigosas ou para terem uma escala que permitisse outro trabalho (bico).

O trabalho na segurança privada também foi apontado como uma das motivações para que alguns agentes tivessem prestando concurso, pois possibilitaria a obtenção da carteira e arma. Segundos estudos acerca desta temática

[A] posse de arma e a possibilidade de resolver problemas sem mobilizar esforços do contratante fazem do policial um profissional dotado de alto diferencial neste mercado setorizado. [...] Desta forma, o policial surge como aquela pessoa possuidora das ferramentas mais eficazes para resolver problemas, seja para a garantia da segurança do cliente, seja para a intermediação com o Estado. O acesso do policial em determinados ambientes aparece como ponto favorável a este profissional na segurança pessoal privada. (CORTES, 2004: 33 e 34)

A questão salarial foi um assunto recorrente no discurso dos policiais. As reclamações pelos baixos salários eram unanimidade e a questão salarial era uma das justificativas para o “bico”. Alguns inclusive afirmavam que “policial não precisa de aumento salarial, pois ele já tem arma e

carteira”. Ou seja, poderia complementar a renda na segurança privada. Esta foi uma visão minoritária, pois a maioria dos policiais, independente da patente, defendia uma melhoria no salário dos agentes da segurança pública.

Uma exceção a tudo o que foi dito aqui foi observada no BOPE – Batalhão de Operações Policiais Especiais. No BOPE os policiais eram mais motivados, e ao que pareceu, bem aparelhados. Demonstravam grande orgulho por serem um modelo a seguir, afirmando que pessoas de todo o país os procuravam para aprender o treinamento do BOPE. O Comandante do BOPE deixava nítido o grande orgulho que a corporação tinha do seu trabalho, principalmente os executados em conjunto com a comunidade, possibilitando, segundo ele, melhorias no lugar. Exemplo apontado foi a comunidade de Tavares Bastos, onde o BOPE foi implantado, que de acordo com a fala dele, melhorou significativamente.

Em geral, os policiais tinham grande necessidade de falar sobre a situação deles dentro e fora da unidade. Eles se sentiam desmotivados e pressionados por todos os lados (pelo estado, seus superiores, a mídia e pela sociedade civil), e em seus relatos estava sempre presente a falta de reconhecimento pelo seu trabalho.

3. Considerações finais.

Segundo Bourdieu, um campo pode ser definido como “um espaço de conflitos e de concorrência onde os concorrentes lutam para estabelecer o monopólio sobre a espécie específica de capital pertinente ao campo” (2001, p. 30). Na Polícia Militar tais conflitos podem ser percebidos, por exemplo, nas tensões entre praças e oficiais e nas constantes reclamações referentes à hierarquia na corporação. Os subordinados (praças) alegavam não usufruírem dos mesmos benefícios que os seus superiores (oficiais). Entretanto, no momento do dever, ambos deveriam trabalhar conjuntamente. Esta estrutura formal da polícia, hierarquizada, provocaria também uma formação diferenciada dos policiais, começando nas escolas de formação, onde, segundo os relatos, a formação recebida pelos praças seria insuficiente e fora das atribuições de que um policial necessita para o cumprimento de seu trabalho: “O policial sai da escola de formação especializado em faxina” (praça de um batalhão da zona oeste).

A cultura policial, como cultura dominante do campo, contribuiria para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias). É possível perceber a força da tradição de um determinado valor ou costume cultural, onde a conduta a se seguir e a identidade a ser criada tem como referência aqueles que são considerados policiais de prestígio, bem sucedidos, seja o policial honesto ou aquele que “leva vantagens”.

Segundo Kant de Lima (2009) a cultura policial teria base nas lógicas que regem a cultura brasileira e influenciaria a atividade cotidiana do policial. Esta cultura policial, também percebida como o ethos militar, associada aos princípios judiciais excludentes e punitivos que regem a ação

policial no Rio de Janeiro não seria apropriada ao processo de negociação da ordem no espaço público, sendo opostos aos requisitos exigidos pelo Estado de Direito e a prática dos direitos civis nas sociedades modernas (KANT DE LIMA, 1995).

Perigo e autoridade, elementos interdependentes no mundo da polícia, e também a “cultura policial” parecem desenvolver uma série de regras extralegais e adaptações, transmitidas desde a primeira etapa de socialização do futuro policial, na academia - onde se opera a introdução dos conhecimentos e habilidades técnicas aos “novatos”, e de uma geração à outra. Desse modo, Kant de Lima (2009) defende a ideia da impossibilidade de uma mudança na polícia somente pela contratação de novos policiais, pois segundo ele os novatos acabariam interiorizando o quadro normativo já estabelecido pelos veteranos.

Mas para alguns policiais ouvidos existia ainda um valor em ser policial militar, valor de pertencer à corporação, orientado por um “ethos [5] guerreiro”, centrado em valores tradicionais de honra, disciplina, lealdade, obediência e principalmente coragem, levado ao extremo na expressão: “Orgulho de ser policial, dar tiro e matar” (praça de um batalhão da zona norte). O orgulho seria de fazer o seu papel em meio às inúmeras adversidades que eles enumeravam como: baixa remuneração, formação deficiente e falta de condições de trabalho para trabalhar na realidade da cidade. Esse “ethos” possibilitaria uma naturalização de práticas desviantes entre alguns agentes, por acreditarem estarem incumbidos de um poder-dever, cedido pelo Estado, de manter a ordem. Onde certas regras poderiam ser burladas, desde que o controle fosse garantido, seguindo o entendimento de que os “fins justificariam os meios”. Deste modo, o valor pertencente aos agentes deste campo específico - um símbolo que corresponderia a um instrumento da integração social - tornaria possível o consenso acerca do sentido das regras do campo, que contribuiria fundamentalmente para a reprodução desta ordem (BOURDIEU, 2001).

As punições, como mecanismos de sanções do grupo, eram, reconhecidamente, uma forma de controle. Segundo alguns relatos, cada batalhão possuía regras peculiares e por vezes os policiais reclamavam que o regulamento era manipulado pelos superiores para que os subalternos cumprissem suas ordens. Eles citavam alguns exemplos de retaliações dos superiores como: escolher dentre aqueles que lhe convém, quem vai trabalhar na área mais perigosa, no horário mais perigoso e sozinho ou mesmo transferir um policial para uma unidade distante e de difícil acesso. Percebemos que a relação entre os pares é fator contundente no posicionamento nos postos de trabalho na Polícia Militar.

Em seus discursos impregnados de justificativas para práticas desviantes ou irregulares, como o “bico”, podemos identificar a ausência de um Estado fiscalizador e provedor de uma estrutura justa a esta atividade. Em seu lugar instaurou-se um controle interno, pautado na hierarquia e em regras extralegais que fragilizam ainda mais a qualidade de vida destes servidores públicos. A baixa remuneração os levaria a realizar os bicos, que nada mais são do que a nítida privatização da segurança pública. A prática dos bicos na segurança privada, inclusive, foi defendida

pelo Secretário de Segurança Pública [6], que afirmou em audiência pública na Assembléia Legislativa do Rio, que não se oporia aos bicos porque “o Estado não dava aumento de salário aos policiais”, mesmo contrariando uma lei estadual que o proíbe, pois, segundo Beltrame: como o estado vai proibir que os seus agentes tenham outra atividade profissional se ele mesmo não lhes dá as condições necessárias de viver dignamente somente com o salário da polícia?

O discurso dos policiais demonstrava que eles se sentiam mal geridos, mal remunerados e desvalorizados, e que essa seria a imagem que construiriam da sua classe. A tensão entre o “fazer policial” e o que a mídia retratava sobre a corrupção e atividades “extralegais” ficava exposto todo o tempo nas falas dos policiais: “A polícia é o reflexo da sociedade”, “A polícia é corrupta porque a sociedade a faz assim”, “Antes de ser policial ele é um cidadão”, “Sempre há um beneficiado na seleção e implantação de políticas públicas voltadas para a segurança” (fala de vários policiais).

Compreendemos as declarações dos policiais como indícios da problemática que abrange a segurança pública no Rio de Janeiro. Segundo Cano (2006), as deficiências na polícia militar como a falta de investimento suficiente, que se traduz, entre outras coisas, em baixos salários para os escalões inferiores das polícias e que obrigam os agentes a trabalharem em outros empregos, geralmente em segurança privada, provocam altos níveis de estresse e também leva a privatização da segurança pública. A formação deficiente dos agentes policiais leva-os para as ruas sem o devido preparo para o trabalho e a probabilidade de erros aumenta substancialmente. E falta de uma verdadeira supervisão desses agentes levam aos numerosos casos de corrupção policial, desde pequenos subornos para não aplicar multas de trânsito até proteção a traficantes. Caberia ao Estado investir mais na área de segurança e em seus agentes, desenvolvendo um trabalho de inteligência policial que visasse aumentar a eficiência e minimizar as perdas, promovendo reformas modernizadoras que possibilitassem uma mudança de paradigma na estrutura da segurança pública no Rio de Janeiro. 🌐

NOTAS

* Co-autora: Aluna do 10º período da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Projeto de pesquisa: Formação e Trajetórias Profissionais nas Polícias do Rio de Janeiro. Coordenador: Dr. João Trajano de Sento-Sé. E-mail: karolyne_romero@yahoo.com.br.

** Co-autora: Aluna do 10º período da Universidade Federal Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Projeto de pesquisa: Formação e Trajetórias Profissionais nas Polícias do Rio de Janeiro. Coordenador: Dr. João Trajano de Sento-Sé. E-mail: lauran.carvalho@gmail.com.

*** Autora: Aluna do 10º período da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Assistente de pesquisa/colaboradora do Laboratório de Análises da Violência/UERJ. Projeto de pesquisa: Formação e Trajetórias Profissionais nas Polícias do Rio de Janeiro. Coordenador: Dr. João Trajano de Sento-Sé. E-mail: sandrade2308@gmail.com.

[1] Abreviações utilizadas: GPAE - Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais; BPM – Batalhão da Polícia Militar; BPTur - Batalhão de Policiamento em áreas Turísticas; RCECS - Regimento de Cavalaria Enyr Cony dos Santos; BOPE - Batalhão de Operações Policiais Especiais.

[2] Momento em que os policiais se apresentam para substituir aqueles que estão em serviço dentro do batalhão ou nas ruas. A polícia militar tem jornadas fixas de trabalho, chamadas de escalas, onde geralmente se trabalha 12 horas e se descansa 24 horas, se trabalha 12 horas e se descansa 36h ou se trabalha 24 horas e se descansa 48 horas.

[3] Hierarquia da Polícia Militar: (Praças) Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento, Subtenente; (Oficiais) Aspirante a oficial, 2º Tenente, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel.

[4] Atribuições enumeradas em sua página da web <http://www.policiamilitar.rj.gov.br>, consultado em 01/06/2009

[5] A palavra ethos tem origem grega e significa valores, ética, hábitos e harmonia.

[6] Informação retirada do site <http://mudancasnapmerj.blogspot.com/2009/03/beltrame-disse-sim-aos-bicos-segurancas.html>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADOR, F. S. **Violência policial. Verso e reverso de um sofrimento.** Santa Cruz do Sul. Editora Edunisc: 2002.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais** – São Paulo: HUCITEC, 1999.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

CANO, I. **Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime.** Revista internacional de direitos humanos: SUR, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 136-155, 2 sem. 2006. Disponível em: <<http://www.surjournal.org>>. Acesso em: 08 jun. 2009.

CORTES, V. de A. **A participação de policiais militares na segurança privada.** Monografia de Pós-graduação UFF (lato sensu). Niterói, 2004. Disponível em: <http://www.comunidadessegura.org/files/vanessacortesmonografia.pdf>. Acesso em: 25 março. 2009.

KANT DE LIMA, R. **A polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1995.

_____. **Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”. A formação policial em questão.** [S.L]. Disponível em: <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 maio 2009.

Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, RDPMERJ / R-9, Decreto Nº 6.579, de 05 de março de 1983.

REINER, R. **A Política da Polícia.** Tradução: Jacy Cárdia Ghirotti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004

[\[Retornar ao índice\]](#)